

Edição v. 39
número 3 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (3)
dez/2020-mar/2021

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Muros discursivos: mapeamento da cobertura trans pela Folha de S. Paulo entre 1960 e 2017

Discursive walls: mapping trans coverage through Folha de S. Paulo between 1960 and 2017

DANIELA PICCHIAI

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
E-mail: danipicchiai@gmail.com. ORCID: 0000-0002-2431-1191.

MONICA MARTINEZ

Universidade de Sorocaba (Uniso) – Sorocaba, São Paulo, Brasil.
E-mail: martinez.monica@uol.com.br. ORCID: 0000-0003-1518-8379.

DIOGO AZOUBEL

Secretaria de Educação do Governo do Estado do Maranhão (SEDUC MA) – São Luís, Maranhão, Brasil. | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
E-mail: diogoazoubel@gmail.com. ORCID: 0000-0002-2839-5011.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Ao citar este artigo, usar a seguinte referência: PICCHIAI, Daniela; MARTINEZ, Monica; AZOUBEL, Diogo. Muros discursivos: mapeamento da cobertura trans pela Folha de S. Paulo entre 1960 e 2017. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 3, p. XXX-YYY, dez./mar. 2020.

Submissão em: 19/03/2020. Revisor A: 11/05/2020; Revisor B: 21/06/2020. Aceite em: 21/06/2020.

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v39i3.41070>

Resumo

Este mapeamento aborda quase 6 mil textos da cobertura trans publicados na Folha de S. Paulo entre 1960 e 2017 e parte da compreensão da mídia como agente fundamental na esfera das representações, influenciando diretamente a dinâmica das sociedades contemporâneas. A reflexão sobre os discursos e narrativas veiculadas nesse periódico, em que as travestis e transexuais paulatinamente migram das associações às artes e espetáculos (23,19% das ocorrências), publicadas no caderno Ilustrada, passando a ser associadas à marginalidade e criminalidade (36,88% do total), no Cotidiano, revela fluxo discursivo das citações em direção aos anúncios de prostituição, fato que nos convida a percorrer essa narrativa histórica a fim de problematizar como tais conteúdos se configuram na atualidade.

Palavras-chave

Análise de conteúdo; Folha de S. Paulo; Travestis e transexuais.

Abstract

This mapping addresses almost 6 thousand texts of the trans coverage published in Folha de S. Paulo between 1960 and 2017 and part of the understanding of the media as a fundamental agent in the sphere of representations, directly influencing the dynamics of contemporary societies. The reflection on the discourses and narratives published in this periodical, in which transvestites and transsexuals gradually migrate from associations to arts and shows (23.19% of the occurrences), published in the Illustrated notebook, becoming associated with marginality and criminality (36.88% of the total), in the Daily, reveals a discursive flow of quotations towards the ads of prostitution, a fact that invites us to go through this historical narrative in order to problematize how such contents are configured today.

Keywords

Content analysis; Folha de S. Paulo; Transvestites and transsexuals.

Introdução

O tema desta pesquisa é a cobertura jornalística impressa do universo trans pelo periódico Folha de S. Paulo. No entanto, esse é apenas um recorte dado a uma pesquisa mais ampla na qual diferentes meios de comunicação, do independente ao *mainstream* – como é o caso da Folha de S. Paulo – são abordados. Nesse sentido, as análises feitas não estão distantes das mídias comunitárias (COVER, 2002). Nesta primeira etapa, investimos em uma análise indutiva a partir da cobertura das matérias que referiam as travestis e transexuais entre os anos de 1960 e 2017.

Quanto ao lapso temporal extenso, nossa proposta é compartilhar este mapeamento panorâmico inicial tanto à Bardin (2016) quanto à Martinez e Azoubel (2018), de forma a subsidiar investigações mais profundas e pormenorizadas sobre a configuração do jornalismo nacional neste quesito, em especial sobre o seu papel na construção de subjetividades. Para tanto, usamos o método de procedimento monográfico via revisão de autores como Guattari (1986), Hardt (2000), Lazzarato (2006), Hardt e Negri (2005) e, também, Lago e Benetti (2010).

Especificamente sobre a coleta dos dados, essa se deu ao longo do biênio 2016-2017, tendo sido concluída em dezembro de 2017, no acervo digital¹ da Folha de S. Paulo a partir de buscas pelas palavras travesti e transexual de março de 1960 a dezembro de 2017.

Identificadas as notícias em que tais termos ocorrem, durante a pré-análise dos dados foram descartados os materiais em que eles são referidos não mais do que uma ou duas vezes. O *corpus* estabelecido encontra-se referido na tabela 1, em que é possível discutir sua distribuição e predominância por editoria e ano. São mais de 6 mil textos nos quais, a partir da operacionalização de análise longitudinal, as palavras travesti e transexual figuram nas manchetes, *leads* das notícias e/ou são repetidas no corpo jornalístico.

Cumprir destacar que, embora compreendendo as diferenças entre travestis e transexuais a partir do próprio reconhecimento da pessoa e de como ela se identifica e se apresenta socialmente, no que toca à cobertura jornalística, ambas os termos permanecem ligados nas narrativas jornalísticas ora analisadas e, portanto, neste texto.

Por isso e para dar conta de responder ao problema de pesquisa, qual seja: como se configura historicamente a abordagem das transexuais e travestis no Brasil a partir das edições impressas do jornal Folha de S. Paulo circuladas entre março de 1960 e dezembro de 2017, as seções que seguem foram organizadas hierarquicamente a partir de duas perspectivas, a temporal e a editorial; bem como são seguidas pela interpretação dos dados, que está temporalmente organizada.

No que concerne aos objetivos estabelecidos, esses dizem respeito à: a) investigação do enfoque dado a esse universo nesse que é um dos mais tradicionais veículos jornalísticos impressos nacionais; b) enumeração as principais características de sua cobertura dentro do lapso temporal estabelecido e; c) problematização discursiva do tema pela análise longitudinal das matérias.

Já a hipótese refere-se ao fato de que ao longo das últimas décadas é possível afirmar que a mídia reforça a lógica sociopolítica vigente naquele período histórico a fim de avigorar seus próprios interesses ao mesmo tempo em que é possível identificar, mesmo que em algumas notícias, que os jornalistas tentam romper com discursos conservadores de um tempo. Logo, os discursos produzidos sobre essas vidas trans acompanham a lógica vigente no período de sua veiculação, com resultado no sensível desequilíbrio do número de matérias distribuídas por editoria ao longo dos anos e efeito no processo de segregação das vidas que fazem parte de tal universo frente ao avanço dos discursos conservadores.

Complementarmente, e como justificativa para esta investida preliminar, entre outros pontos, aludimos à necessidade de se discutir os caminhos do jornalismo nacional impresso a partir do que é

1 Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 30 out. 2018.

entendido como temas marginais.

O próprio título desta reflexão apresenta-se como uma provocação para (des)construir muros que nos separam (o eu) daqueles sujeitos (o outro) via páginas de jornal. Mas que muros são esses e como eles impactam na percepção das subjetividades das pessoas? Para tentar responder tal questionamento acreditamos ser necessário dar forma a uma discussão mais ampla sobre o papel da *práxis* jornalística em face da construção das subjetividades individuais e mesmo de pseudo-objetividades que rasgam e polarizam o mundo. Mais do que isso, sobre como o jornalismo contribui para definir o que está à margem daquilo que se julga bom, belo, justo e/ou verdadeiro.

Já no que tange aos resultados esperados, acreditamos que a cobertura jornalística que aborda as travestis e transexuais posicionam essas vidas como sinônimos de marginalidade e de criminalidade. Finalmente, como limites do estudo, ressalta-se que a investigação não abrange o período do governo Jair Bolsonaro (ainda do PSL quando da submissão do manuscrito e iniciado formalmente em janeiro de 2019, em que essa questão foi sobremaneira tensionada).

Isso posto, na próxima seção é disposta uma breve abordagem sobre como se configura o campo midiático no Brasil, com destaque ao veículo foco desta investigação a fim de alicerçar a análise e discussão dos dados.

Configuração do campo midiático nacional

É fundante perceber que ao estabelecer uma comunicação utilizamos padrões que fortalecem estereótipos que vão se fixando nas relações e na vida cotidiana. É possível que no desenrolar das relações sociais as palavras ganhem novos significados a partir da abertura do campo no qual a relação se dá ao novo, o que possibilita rupturas e fortalecimentos dos padrões que vão se estabelecendo.

A partir dessa ideia, as mídias emergem como agentes importantes na esfera das representações, influenciando diretamente a dinâmica de funcionamento da sociedade. Os meios de comunicação são poderosos produtores e mediadores do discurso, mantêm e reproduzem as convenções sociais sobre masculinidades, feminilidades, desejo sexual, além de etnia, classe e geração etc. A mídia age, portanto, como coautora do discurso que produz modos de vida que, por sua vez, reproduzem a lógica normativa hegemônica. Alzira Alves de Abreu lembra que há inúmeros estudos que utilizam a imprensa como fonte de informações, mas que “faltam análises sobre a influência que ela exerceu sobre os rumos dos acontecimentos” (ABREU, 2017, p. 220).

No Brasil, a mídia é comandada por grandes grupos de comunicação que concentram a produção de máxima parte da informação consumida pelos brasileiros, o que em termos concretos equivale a dizer que cinco famílias controlam metade dos 50 veículos com maior audiência. Para se ter uma noção do impacto disso, em uma pesquisa realizada pela Media Ownership Monitor (MOM)², o Brasil está em 102º lugar em uma lista de 180 países no Índice Global de Liberdade de Imprensa 2018. Segundo tal pesquisa, além da alta concentração de audiência, na realidade midiática brasileira ocorre dependência excessiva de patrocinadores, sejam eles órgãos públicos, empresas privadas ou mesmo instituições religiosas; bem como alta concentração geográfica, isso é, a maior parte do comando das redes de informação e mídia está na região Sudeste e em Brasília.

Desse modo, podemos concluir que as decisões editoriais, as prioridades de pauta e as representações de imagens e de cotidiano presentes na mídia, que todo o discurso produzido é majoritariamente marcado pelos interesses dos seus mantenedores, fato que culmina na construção e reprodução de uma lógica discursiva específica, compatível com o contexto sociopolítico histórico no qual

2 O MOM foi criado e implantado pela Repórteres Sem Fronteiras (RSF), uma organização internacional cujo objetivo é defender os direitos humanos, em particular a liberdade da imprensa e o direito de informar e ser informado em qualquer lugar do mundo.

se insere. Tal lógica e tais discursos produzidos não fogem da normatização quando aplicados às temáticas de gênero. Tudo o que não se encaixa no padrão estabelecido parametrizado pelas lógicas mercadológicas e do capital tende a ser marginalizado.

É importante pontuar que em 2016, o site de pornografia RedTube realizou uma pesquisa na qual foi identificado que os brasileiros procuram 89% a mais conteúdos pornográficos de transexuais quando em comparação com outros países do mundo que acessam o site. Conforme Germano (2020), na mesma pesquisa, o site de pornografia afirma que o termo *shemale*, utilizado para a busca de vídeos com pessoas trans, é o quarto tópico mais buscado por brasileiros. Embora sem revelar os números específicos, a procura por conteúdos pornográficos trans aumenta quando a busca soma os vocabulários regionais como: travesti e *Brazilian shemale*. Um achado interessante se considerado que no ranking mundial o mesmo termo de pesquisa ocupa o nono lugar.

Na mesma direção, é imperioso ressaltar que, atualmente, o Brasil é um dos países mais intolerantes com travestis e transexuais no mundo, sendo o primeiro na lista de morte e assassinatos dessas pessoas, de acordo com a pesquisa realizada pela Transgender Europe³ (TGEu), entre primeiro de outubro de 2017 e 30 de setembro de 2018.⁴

Segundo os mesmos dados, entre 2017 e 2018 foram contabilizados 369 homicídios de transexuais, travestis e indivíduos não-binários. Decorrente do fato de que esses números crescem a cada ano, a expectativa de vida dessas pessoas cai para 35 anos de idade enquanto a média nacional é de 75 anos de idade. Acreditamos, portanto, que a lógica normativa produzida no discurso midiático fortalece esses dados e solidifica a configuração de dura realidade ao criar enunciados que despotencializam esses sujeitos, como detalhado adiante.

Folha de S. Paulo

A Folha de S. Paulo foi fundada em 1921 e pertence à família Frias – uma das que controlam mais da metade dos veículos com maior audiência no País –, que também é proprietária do jornal Agora São Paulo, dos classificadas Alô Negócios e da agência de notícias Folha Press, além do UOL, um dos portais mais acessados na Internet, e do instituto de pesquisa Data Folha.

Esse veículo foi escolhido por ser o maior em circulação digital e o terceiro em formato impresso no Brasil, segundo dados auditados⁵ pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC)⁶. Sua audiência nas primeiras décadas de circulação concentrava-se no Estado de São Paulo. Com o advento da digitalização do conteúdo, entretanto, os leitores pulverizaram-se em todo o território nacional e mesmo fora do País. Ainda assim, mais de 70% dos consumidores da Folha de S. Paulo pertencem às classes A e B (42% e 31%, respectivamente), de acordo com levantamento próprio.⁷

Análise e discussão dos dados

Para facilitar a percepção de como são distribuídos os textos jornalísticos sobre as travestis e transexuais na Folha de S. Paulo, elaboramos a tabela I. Nela dispomos horizontalmente a quantidade de textos encontrados por lapso temporal (a distribuição dos anos não segue uma regularidade, como se vê

3 Estabelecida no Conselho de Viena, em 2005, essa organização não governamental trabalha em prol da autonomia de vida de pessoas trans.

4 Disponível em: <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>. Acesso em: 30 out. 2018.

5 Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br/#/home>. Acesso em: 30 out. 2018.

6 O IVC é uma entidade nacional sem fins lucrativos, responsável pela auditoria das mídias.

7 Disponível em: http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor_nacional.shtml. Acesso em: 30 out. 2018.

adiante) e, verticalmente, aquela por editoria naquele veículo.

Conforme segue, há a prevalência de textos jornalísticos nas editorias Cotidiano | Primeiro Caderno, Classificados e Cultura | Ilustrada, com 452, 295 e 283 ocorrências, que somam, respectivamente, 36,88%, 24,18% e 23,19% do total. Nos 15,57% restantes cabem as ocorrências das demais editorias, o que evidencia um desequilíbrio nas pautas dispostas em Interior, Norte e Nordeste, Saúde e Esportes e conduz à confirmação parcial da hipótese estabelecida.

Para além da variação de abordagens discursivas das palavras travesti e transexual vista ao longo dos anos, o pico⁸ de matérias que abordam essas palavras se dá entre 1985 e 1987, totalizando 100 textos (cerca de 8% do total); seguido pelos intervalos de 1960-1965, 1976-1980 e 1998-1999, com 90 textos cada⁹ (cerca de 7% do total cada). Outro ponto importante diz respeito ao silenciamento desses termos no referido jornal nos anos de 1966, 1974, 1975, 1981 e 1982, reflexos da Ditadura Militar. Já nos anos de 1988, 1989 e 1990 as referências às travestis e transexuais aparecem sem relevância, ou seja, não constam nas manchetes e no corpo do texto, não possuem força de significado, o que sugere que outros temas tinham um conteúdo mais ligado ao valor-notícia daqueles momentos históricos, sendo essa uma hipótese a ser investigada oportunamente.

Dessa forma, acreditamos que tais períodos possam ser referidos como uma espécie de espaço oportuno para ressignificar os termos, o que justifica os vazios na tabela 1 e nos conduz à necessidade de averiguação dessa temática em oportunidade vindoura.

Tabela 1 – Distribuição de textos por editorias e anos

ANO EDITORIA	Cotidiano 1º Caderno	Cultura Ilustrada	Interior	Norte e Nordeste	Saúde	Classificados	Esportes	Moda*	TOTAL
1960 - 1965	10	80	0	0	0	0	0	0	90
1966	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1967 - 1973	40	30	0	0	0	0	0	0	70
1974 - 1975	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1976 - 1980	55	35	0	0	0	0	0	0	90
1981 - 1982	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1983 - 1984	10	70	0	0	0	0	0	0	80
1985 - 1987	95	5	0	0	0	0	0	0	100
1988 - 1990	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1991 - 1992	0	10	70	0	0	0	0	0	80
1993 - 1995	0	10	0	70	0	0	0	0	80
1996 - 1997	52	3	0	0	10	15	0	0	80
1998 - 1999	35	0	0	0	0	55	0	0	90
2000 - 2004	40	0	0	0	0	40	0	0	80
2005 - 2007	35	0	0	0	0	45	0	0	80
2008 - 2009	20	0	0	0	0	40	20	0	80
2010 - 2011	10	10	0	0	0	40	0	0	60
2012 - 2014	30	15	0	0	10	30	0	0	85
2015 - 2017	20	15	0	0	0	30	0	10	75
TOTAL	452	283	70	70	20	295	20	10	

Fonte: Produzida pelos autores

Perspectiva temporal – mudanças políticas, comportamentais e sociais

Ao longo das décadas, notamos, pela posição desses sujeitos, uma mudança no seu regime de

8 Um indicativo para essa alta, cremos, é o fim do período ditatorial no País.

9 Uma hipótese a ser investigada diz respeito aos efeitos do regime democrático no País e suas implicações traduzidos e plasmados nas páginas do periódico.

visibilidade. A partir da década de 1960, a palavra travesti aparece no jornal, mais especificamente no caderno Ilustrada e, naquele período (1960-1965), representa 88% das ocorrências.

É importante observar que a editoria Ilustrada foi criada em 1958, período marcado pelo fim da escassez generalizada do pós-guerra, chegada da televisão ao Brasil e expansão da imprensa brasileira. Nesse momento, mudanças significativas acontecem em diversos jornais, como a inclusão de fotos nas primeiras páginas e aumento considerável de conteúdos organizados em várias editorias. Nesse sentido, o jornal passou por uma expansão de formatos e conteúdos produzidos e o caderno Ilustrada foi uma importante editoria que divulgava os movimentos culturais e contra culturais expressivos para a época.

Se antes do período ditatorial, início da década de 1960, as travestis ganham existência no caderno de arte e cultura – associados a performance, espetáculos de dança e teatro –, durante a Ditadura o discurso é modificado e esses sujeitos são relegados às páginas policiais.

Entre 1965 e 1967 tais palavras, travesti e transexual, desaparecem da mídia e, ao ressurgirem, no final da década de 1960 e início de 1970, vão se alinhando (e lá permanecem majoritariamente) com o discurso das editorias do Cotidiano | Primeiro Caderno, que fazem a cobertura dos casos de violência, urbanismo, ambiente, administração pública e comportamento.

Nesse período, o discurso muda, as travestis e transexuais passam a ser associadas a algum tipo de violência, políticas públicas de higienização, vidas precarizadas, sendo posicionadas à margem da vida coletiva, fenômeno que se intensifica da metade para o final da década de 1970.¹⁰ Tal fato ajuda a confirmar parcialmente a hipótese estabelecida neste estudo, segundo a qual os discursos produzidos sobre essas vidas trans acompanham a lógica sociopolítica histórica vigente no período de sua veiculação

Já no início de 1980, década marcada pela chamada transição democrática, há uma mudança de editoria em função da visibilidade conquistada por Roberta Close.¹¹ Mesmo assim, o discurso de marginalização e precariedade revela força ainda maior ao expandir-se, nos anos subsequentes, para os jornais do interior do Estado e para os das regiões Norte e Nordeste. Associadas à marginalidade, as travestis e transexuais estão presentes na Folha de S. Paulo até os dias de hoje. Essa é, aliás, a maior ocorrência encontrada: 37% do total especificado na tabela 1, ou seja, 452 textos identificados entre 1960 e 2017 estão na editoria Cotidiano | Primeiro Caderno.

Efeito de uma polarização social, em que o diferente cabe ao outro, cremos poder confirmar a hipótese estabelecida a partir do fato de que os discursos produzidos acompanham a lógica sociopolítica vigente no período histórico de sua veiculação, com efeito na expressão criativa desses sujeitos que perde espaço para sua criminalização. Essa questão, aliás, necessita ser aprofundada em oportunidade futura, sobretudo para melhor sustentar o entendimento de tal transição.

Perspectiva editorial – configuração da cobertura do universo trans por caderno

A partir do levantamento das editorias nas quais estão inseridas – Classificados, Cotidiano | Primeiro Caderno, Esportes, Cultura | Ilustrada, Interior, Moda, Norte e Nordeste e Saúde –, é possível perceber os movimentos de transição e de significação midiática de ambas as palavras. Assim, constatamos que no lapso-temporal estabelecido as travestis e transexuais, de alguma forma, são inseridas nas páginas do periódico em lógicas dicotômicas daquelas ligadas aos temas predominantes em cada editoria.

No Cotidiano | Primeiro Caderno, por exemplo, diferente das matérias policiais que tomam diversas páginas, os textos jornalísticos são menores e se referem à Roberta Close como travesti. Apesar

10 Vale ressaltar que no ano de 1977 o diretor de redação do jornal Claudio Abramo foi afastado jornal e o jornalista Boris Casoy assumiu como editor chefe da Folha de S. Paulo.

11 Modelo e atriz brasileira que nasceu intersexual (pelos exames genéticos se comprovou que Roberta possui características biológicas mistas).

das notícias pertencerem à *Ilustrada*, no início de 1980, a crítica se faz presente na referência à modelo e atriz, sempre como pessoa ambígua, carnavalesca, nunca como mulher.

Em outras palavras, ao veicular a maior parte das notícias nesse caderno, bem como nos *Classificados*, a *Folha de S. Paulo* se torna responsável pela marginalização social dessas pessoas, bem como pela rápida associação de que as travestis e transexuais estão ligadas à violência e à desordem social.

Sobre os *Classificados* e seguindo a análise macro do discurso da *Folha de S. Paulo*, as travestis e transexuais são inseridas com anúncios de prostituição a partir da segunda metade da década de 1990, mais especificamente de 1996 em diante, com ápice entre 1998 e 1999 (mais de 18% dos 295 textos identificados). Até então, a prostituição é apenas associada à marginalidade e à violência. Essa lógica é modificada pela configuração e avanço da Internet, que impacta na remodelagem do modelo de negócio, inclusive nos dias atuais.

Nesse período, as travestis e transexuais aparecem, pela primeira vez, falando de si e por si mesmas, embora, inicialmente, os anúncios sejam colocados em meio aos de imóveis, veículos, carreiras, negócios, entre outros.

De volta à tabela 1, a lógica dos anúncios de prostituição nos *Classificados* permanece a mesma de 1990 a 2017, com variação apenas no número de ocorrências, que oscila entre 30 e 40 textos por período designado do ano 2000 em diante. Em destaque, a prostituição nos *Classificados* divide espaço com as notícias sobre as travestis e transexuais no esporte a partir da repercussão do caso Ronaldinho (Ronaldo Nazário), em que o jogador de futebol chamado de Fenômeno não teria pagado por um programa com a travesti Andréa Albertini em 2008.

Complementarmente, é relevante perceber que depois de uma década (1998-2008) sem que as travestis e transexuais sejam citadas nas editorias ligadas à arte e à cultura, em 2010, esses termos reaparecem na *Ilustrada* a partir da abordagem do trabalho e dos debates produzidos e provocados pela cartunista e chargista brasileira Laerte Coutinho.

Apesar de Laerte não ser uma jornalista, ela se utiliza da sua arte para romper com os discursos conservadores, o que se coaduna com a hipótese estabelecida nessa pesquisa. A presença crítica de Laerte, como representante não apenas do público leitor, mas também produtor da publicação, faz com que haja um microequilíbrio no discurso entre o marginalizado, o estereotipado e os sujeitos que se propõem a viver uma vida que rompe com esses padrões. Igualmente, poucos anos mais tarde, mais especificamente entre 2016 e 2017, as travestis passam a ser relacionadas à moda, com a produção de desfiles em que são destaque.

Vale ratificar que este mapeamento leva em consideração o conteúdo abordado nas matérias, ou seja, as tentativas de fixação ou de estabelecimento de sentidos pelos textos jornalísticos. Como o periódico não possui uma editoria específica para a moda, esse deslocamento necessário das ocorrências identificadas nas editorias *Cotidiano* e *Ilustrada* culmina na abertura de um novo bloco que não segue à risca as editorias apresentadas pela *Folha de S. Paulo* e, por isso, destacado com um asterisco na tabela 1.

Tal conteúdo, em geral, justapõe coberturas pautadas na divulgação dos desfiles, sendo a São Paulo Fashion Week (SPFW) o conjunto de maior destaque. Notadamente, essas matérias trazem pouco texto verbal, muitos textos visuais com destaque às fotos, além de manchetes que traduzem uma ideia de representatividade e ruptura com figuras, imagens e performances que são consideradas hegemônicas.

Finalmente, sobre as pautas de Saúde, a partir da metade da década de 1990, o HIV é diretamente associado às travestis e transexuais no periódico. Se por um lado as matérias abordam orientações e prevenções com cartilhas educativas e grupos de apoio e prevenção à AIDS, como o GAPA; por outro indicam o interesse da Faculdade de Medicina de São Paulo da Universidade de São Paulo (FMUSP) e de pesquisadores da saúde pública na mensuração da quantidade de soropositivos e no comportamento sexual desses indivíduos a despeito da dificuldade de encontrar sujeitos que aceitem participar de tais pesquisas no período.

Além do comportamento sexual e do uso de preservativos, o consumo de drogas, trocas de seringas e agulhas (no caso das drogas injetáveis) também são temas associados aos LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e mais) como fatores de disseminação do HIV. Outros tópicos abordados são as filas em hospitais e as ditas cirurgias de mudança de sexo (readequação de gênero). É mister ressaltar que tais termos estão presentes em todos os dez textos identificados na editoria nesse período (50% do total) sendo, embora impreciso¹², comumente referido pelas pessoas atualmente.

Ao observar as matérias, notamos que, como é padrão na maioria daquelas ligadas à medicina e saúde, o que se divulga é o discurso médico estabelecendo padrões de normalidade ao definir diagnósticos com base em sistemas classificatórios. Esse processo de transição que, prioritariamente, está unido à saúde das travestis e transexuais, em geral, está inserido na editoria Cotidiano | Primeiro Caderno.

Já na década subsequente, a saúde das travestis e transexuais curiosamente não aparece na Folha de S. Paulo. É a partir de 2012, e por ocasião dos debates sobre hormônios, que elas retornam às suas páginas impressas. Um texto em particular chama a atenção por abordar o equilíbrio hormonal de pessoas que biológica e identitariamente se reconhecem como mulheres. Nele, as travestis são citadas como representação dos efeitos negativos do uso de hormônios, como o não desejável, exemplo do que é ser uma mulher percebida como artificial.

Embora presentes nos dez outros textos na editoria e relevantes no processo de transição dos corpos das travestis e transexuais, nessa pesquisa não foi identificada qualquer narrativa que aborde questões especificamente hormonais nessas vidas. O discurso que prevalece é o da associação delas com a marginalidade, a prostituição e a violência – o que sugere que este grupo não é percebido pela publicação como parte significativa de sua audiência.

Interpretação dos resultados

É sintomático que do ano de 1996 em diante, a presença das travestis e transexuais nos Classificados esteja refletida também nas práticas acadêmicas, com a expansão dos estudos de história oral e sua relação com o jornalismo, bem como técnicas dialógicas de entrevista (MARTINEZ, 2016; MEDINA, 1990; MEIHY e RIBEIRO, 2011). Com o passar dos anos, porém, esses textos são entrelaçados com os das demais editorias no periódico.

Consideremos, pois, que os Classificados, tal qual os anúncios publicitários, são fonte de renda para o jornal. Dessa forma, seus editores criam estratégias cada vez mais elaboradas para que leitores sejam alcançados e influenciados pelos anúncios e para que anunciantes sejam atraídos e invistam no veículo, seja em suas edições impressas ou digitais. Essa elaboração estratégica não se resume à compra e venda de um produto ou serviço, abarca também a apropriação intencional de universos e modos de expressão já dados previamente na esfera social.

Por mais que nos anúncios analisados as travestis e transexuais usem a primeira pessoa do singular verbal, a publicidade, nesse caso, tem uma ação de modulação entre as partes. Logo, a prostituição referida não é somente um trabalho ou uma fonte de sustento, mas um modo de produção de feminilidades, de um ideal feminino, e tem como fundamentos princípios socialmente estabelecidos.

Notamos que o tornar-se feminino é marcado pela produção de subjetividade, seja pela utilização de vestimentas e marcadores ditos como femininos, pela utilização de hormônios ou, ainda pela realização de cirurgias plásticas e/ou aplicação de silicone.

Complementarmente, durante a década de 1980, o lugar das travestis e transexuais é tensionado na Saúde com a criação do conceito do chamado grupo de risco que, embora tardiamente, é imediatamente

12 Isso porque se trata de um processo longo em razão das diversas exigências feitas pelo poder público. Pode demorar até três anos e envolve a participação de diversos profissionais, como psicólogos, assistentes sociais, médicos e psiquiatras para ser efetivado.

coligado a esses sujeitos via discursos midiáticos produzidos sobre a questão. A lógica para sua criação é rastrear pessoas vivendo com o vírus e prevenir novas infecções, sendo socialmente associado diretamente aos LGBTQ+, em especial aos homens gays¹³, e popularmente referido como peste gay, o que expressa um rebaixamento social dos sujeitos em questão.

O que se nota, assim, é a divulgação jornalística impressa de novos casos de contaminação somada à falta de informação concreta sobre os mecanismos de transmissão viral e tratamento da patologia que dele decorre, bem como inexistência de tratamento – a primeira droga antiviral (a azidotimidina ou AZT) é aprovada pelo *Food and Drug Administration* (FDA) em 1986. O que leva a um julgamento moral da doença. Esse contexto discursivo contribui para que a sociedade passe a evitar não apenas os infectados pelo vírus, mas também os grupos de risco, nos quais gays foram protagonistas primários e, na sequência, as travestis e transexuais, com quem dividem esse lugar de exclusão social.

Invisibilizadas durante os longos anos da ditadura, as travestis e transexuais e o HIV foram tema nos jornais a partir da década de 90, ou seja, dez anos após o boom da doença. Como resultado disso, engendra-se de um processo crescente de discriminação e violência contra esses sujeitos. Tal fato que reforça a importância de se perceber que os discursos construídos jornalisticamente não associam os casos de violência ao preconceito em relação ao HIV, mas às brigas, roubos, prostituição etc.

Discursos que enquadram grupos de risco refletem, naquele momento histórico em particular, outro fator de tensão importante para percepção do público leitor do jornal: as mudanças dos contornos das suas fronteiras físicas, isso é, dos espaços de habitação da classe média/alta e as periferias da cidade. Nelas, com a consolidação do narcotráfico, as comunidades deixam de ser o local de residência de trabalhadoras e trabalhadores, com a respectiva resignificação de matrizes discursivas ligadas à família, ao trabalho, religião – isso é, ao projeto de ascensão social – passando a ser espaço da expansão do mundo do crime, com seu marco discursivo ligado ao risco à sociabilidade e criminalização plasmado na “multiplicação imaginária do criminoso” (FELTRAN, 2008, p. 187).

Especificamente sobre o caso Ronaldinho x Andréa Albertini, em 2008, embora famoso pela visibilidade daquele jogador de futebol, a abordagem da questão nas notícias segue a lógica de marginalização dessas vidas. No discurso produzido pelo periódico, a expressão de desigualdade é avigorada pelo destaque à semântica vocabular de Andréa, pelos ângulos das fotos veiculadas e mesmo pela força da figura do jogador em questão no Brasil em face de sua opositora narrativa.

Dicotomicamente, quando as travestis e transexuais sobem à passarela, entre 2014 e 2017, os holofotes de grande parte da mídia são voltados à SPFW que, sendo um dos maiores eventos de moda do mundo, foi palco para estilistas como Vitorino Campos e Ronaldo Fraga apresentarem suas coleções dando visibilidade a esses sujeitos. De certa forma, tais estilistas ajudam a resignificar a importância política e social daquele espaço. Ronaldo Fraga, por exemplo, se valeu da visibilidade da Semana para romper com as normas vigentes e com a hegemonia de mulheres biológicas, brancas e magras.

A temática da moda é complexa e envolve várias dimensões – econômica, social, política, histórica etc. –, sendo comum a qualquer uma delas o fato de que a moda se adapta à sociedade e, ao mesmo tempo, produz conteúdos culturais que também promovem mudanças de perspectivas sociopolíticas (e por que não também históricas?). Assim, os desfiles protagonizados pelas travestis e transexuais deslocam essas pessoas de um lugar diretamente associado à marginalidade.

Pensamos, assim, que tornar visíveis corpos marginalizados possibilita novos fluxos sociais e a manifestação da potência de vida, bem como os organiza segundo sua produtividade. Afinal, como explica Guattari, em *Revoluções moleculares*:

13 Tal lógica permanece até hoje, sendo diretamente referida nos materiais gestados pelo Ministério da Saúde, seja para campanhas de prevenção ou de contenção das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).

A marginalidade é o lugar onde se podem ler os pontos de ruptura nas estruturas sociais e os esforços de problemática nova no campo da economia desejante coletiva. Trata-se de analisar a marginalidade, não como uma manifestação psicopatológica, mas como a parte mais viva, a mais móvel das coletividades humanas nas suas tentativas de encontrar respostas às mudanças nas estruturas sociais e materiais (GUATTARI, 1986, p. 46).

Nesse sentido, a moda, ao tentar romper com a lógica discursiva construída em torno das travestis e transexuais, representa por um lado sempre uma possibilidade de abrir o social para novos agenciamentos, que antes estavam cristalizados em um pensamento hegemônico; por outro, o tom de manifestação apresentado nos desfiles citados, em um evento que, organizado por marcas notáveis, remete à inclusão das travestis e transexuais na lógica do capital. Não é à toa que os corpos escolhidos por Ronaldo Fraga se coadunam com o padrão da moda, ou seja, altos, magros e, em sua maioria, brancos.

Para pensar tal padrão, buscamos as palavras de Hardt, em *A sociedade mundial de controle*:

O império sempre aceita as diferenças raciais e étnicas que encontra e sabe como utilizá-las; permanece na sombra, observa estes conflitos e intervém quando um ajuste é necessário. Qualquer tentativa de permanecer um forasteiro diante do Império é inútil. O império se alimenta da alteridade, relativizando-a e gerenciando-a (HARDT, 2000, p. 157).¹⁴

Dessa forma, com a alteridade nutrindo a ordem do capital, a vida das travestis e transexuais, marcadas por uma série de atravessamentos, vai sendo, gradativamente, inserida nessa lógica. É com essa roupagem que fluxos atuais do capital exploram as subjetividades, criatividades, conhecimentos, relações, e tudo se torna comercializável. Pois, “o Império só pode ser concebido como uma república universal, uma rede de poderes e contrapoderes estruturada numa arquitetura ilimitada e inclusiva” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 185).

Finalmente, pensando que a lógica atual funciona amplamente e captura as rupturas, das mais simples às mais complexas, percebemos que o uso dos corpos das travestis e transexuais nos desfiles de moda toma os discursos de inclusão e representatividade, congela e segmenta essas pessoas; captura vários e diferentes processos e fluxos, os reorganiza e apresenta em um funcionamento já existente e segundo uma única lógica possível.

Outras considerações e encaminhamentos

Nesta reflexão inicial começamos a desnovelar as implicações das vidas travesti e transexuais no campo das mídias via abordagem de narrativas jornalísticas veiculadas na Folha de S. Paulo entre os anos de 1960 e 2017, em que paulatinamente migram das associações ligadas às artes e espetáculos, de cadernos como a *Ilustrada*, passando a ser associadas à marginalidade e criminalidade conforme uma série de alterações socioculturais ocorrem, caso da mudança das periferias como espaço de moradia dos trabalhadores para redutos dominados por narcotraficantes, notado com a expansão do mundo do crime nestes espaços a partir dos anos 1990. Essa transferência na produção referente às pessoas que se reconhecem como travestis e transexuais, em que 37% das matérias são publicadas no caderno *Cotidiano* (vide tabela 1).

Somado a isso, quase 25% das citações do jornal se refere aos anúncios de prostituição, uma

14 No original: “El império acepta siempre las diferencias raciales y étnicas que encuentra, y sabe utilizarlas; permanece a la sombra, observa esos conflictos e interviene cuando es necesario un ajuste. Cualquier tentativa de seguir siendo outro en el cara-a-cara del Imperio es vana. El império se nutre de la alteridade, relativizándola y gestionándola”.

profissão duplamente marginalizada no País, já que não possui qualquer fiscalização do Estado sendo, ao mesmo tempo, mais profundamente discriminada no universo *trans*. O fenômeno é notado especificamente de 1996 em diante, com ápice entre 1998 e 1999 (mais de 18% dos 295 textos identificados), registrando o desenvolvimento a seguir da Internet, que altera o mercado jornalismo como um todo e causa uma mudança no modelo de negócio em curso até os dias atuais. Ainda assim, nos anos de 2016 e 2017 30% das referências aos termos remete aos Classificados, o que é um impacto que por si só mereceria investigação mais aprofundada. Na mesma direção, quase 62% das matérias localizam essas pessoas em um lugar instituído, porém à margem do corpo social.

Ainda que ao longo dos anos a invisibilidade e a marginalidade tenham sido associadas discursivamente a esses corpos, o caderno Ilustrada, ligado ao campo das artes, expressa uma tentativa do jornal de romper com essa ordem a partir da divulgação de peças e espetáculos teatrais, performances e *cartoons*, entre outros, criados, produzidos e realizados por essas pessoas. Transexuais como o cartunista Laerte, no ano 2010, – que representa não apenas o universo do público leitor, mas também o do produtor do jornal – exercem influência no discurso entre o marginalizado, o estereotipado e os sujeitos que se propõem a viver uma vida que rompe com esses padrões. Igualmente, poucos anos mais tarde, mais especificamente entre 2016 e 2017, as travestis passam a ser relacionadas à moda, com a produção de desfiles em que são destaque.

Esses achados ligados à história da representação das narrativas jornalísticas da Folha de S. Paulo, somados ao seu alcance como mídia e à sua relevância na formação da opinião pública, visibilizam a contribuição do jornal para a presente violência contra os corpos das travestis e transexuais, pois a predominância factível de matérias que marginalizam e apresentam tais corpos como ameaça social reflete tal violência. Entendemos o trabalho de comunicadores e jornalistas como coprodutores da vida social. Sendo assim, são corresponsáveis pela prática vivenciada não apenas por um grupo, bem como pela forma com que enxergamos o mundo e com que nos relacionamos com ele.

Mesmo quando escapam da lente de aumento policial, essas pessoas são postas como peças mantenedoras dessa instituição jornalística via anúncios publicitários. Logo, e ainda que as artes tentem irromper os discursos conservadores de seu tempo, o que se nota ao longo dos anos é a assimetria na distribuição de textos por editoria. Torna-se visível, portanto, o muro discursivo construído para proteger a narrativa conservadora. Essa estrutura é a mesma realçada pela mídia para ratificação da lógica sociopolítica própria a cada período histórico em que é veiculada com a finalidade de reforçar seus próprios interesses.

Isso posto, evidencia-se a oportuna provocação constante no título desta reflexão no sentido de reconhecer a urgente e contínua problematização os impactos da *práxis* jornalística na construção de pseudo-objetividades que tendem a desacreditar e a marginalizar subjetividades individuais que, embora inalienáveis, são colocadas à margem da sociedade.

Paradoxalmente, encontram-se contextualizados em uma nação que mais mata pessoas trans no mundo. Lembramos também que esta análise inicial dos dados, ainda que abranja quase 6 mil textos distribuídos em quase 60 anos, não inclui a tentativa de compreensão do impacto do governo atual, iniciado em janeiro de 2019, em que esses e outros termos afins estão sobremaneira tensionados e cuja análise demandará investigações futuras para averiguar seu impacto.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. **Desafios da notícia**: o jornalismo brasileiro ontem e hoje. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edição revista e ampliada. Lisboa: Edições 70, 2016.

COVER, Rob. Re-Sourcing Queer Subjectivities: Sexual Identity and Lesbian/Gay Print Media. **Media**

International Australia Incorporating Culture and Policy, v. 103, n. 1, p. 109-123, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323751066_Re-Sourcing_Queer_Subjectivities_Sexual_Identity_and_LesbianGay_Print_Media. Acesso em: 29 jan. 2020.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, área de Cultura e Política) – Universidade Estadual de Campinas, 2008.

GERMANO, Felipe. Brasil é o país que mais procura por transexuais no RedTube – e o que mais comete crimes transfóbicos nas ruas. **Superinteressante**, 08 maio 2016. Disponível em: <http://super.abril.com.br/comportamento/brasil-e-o-pais-que-mais-procura-por-transexuais-no-redtube-e-o-que-mais-comete-crimes-transfobicos-nas-ruas/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Éric (Org.). **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAZZARATO, Maurizio. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINEZ, Monica; AZOUBEL, Diogo. Metodologias de pesquisa em jornalismo: trabalhos apresentados nos congressos da SBPJor (2004-2017). In: MAIA, Marta; MARTINEZ, Monica (Orgs.). **Narrativas midiáticas contemporâneas**: perspectivas metodológicas. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2018.

MARTINEZ, Monica. Reflexões sobre Jornalismo e História Oral: um campo com mais convergências do que dissonâncias. **Revista Observatório**, v. 2, n. 1, p. 75-91, maio 2016.

MCCOMBS, Max. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista**: o diálogo possível. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Susana Lopes Salgado. **Guia prático de história oral**. São Paulo: Contexto, 2011.

Daniela Picchiali é doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (COS | PUC SP). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa, provinda das reflexões necessárias à efetivação da sua tese doutoral; coleta, pré-análise, consolidação, análise, interpretação e pós-análise dos dados; desenvolvimento da discussão teórica; e redação do manuscrito.

Monica Martinez é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso), São Paulo. Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e co-chair do Strategic Scientific Committee (SSC) da IALJS (International Association for Literary Journalism Studies). Organizou o livro *Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo* (Intercom, 2018) com Marcos Paulo Silva e Leonel Aguiar. Neste artigo, contribuiu com a pesquisa e embasamento históricos; articulação da discussão teórica; apoio na revisão do manuscrito nas versões em português e em inglês.

Diogo Azoubel é professor da Secretaria de Educação do Governo do Estado do Maranhão (SEDUC MA) e doutorando pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (COS | PUC SP). Neste artigo, contribuiu com a escolha e submissão de originais à apreciação d_s editor_s e avaliador_s do periódico; concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; sistematização, pré-análise, consolidação, análise, interpretação e pós-análise dos dados; redação, revisão e adequações no manuscrito nas versões em português e em inglês.